

SOL

22-02-2020

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 25000

Temática: Política

Dimensão: 519 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 15

Ferro tenta travar proposta do Chega

Ana Teresa Banha

teresa.banha@sol.pt

Castração química para pedófilos continua a gerar polémica e não é certo que a proposta seja discutida no plenário, apesar de estar agendada.

O projeto de lei do Chega sobre a castração química para pedófilos está já agendado para ser debatido no dia 28, na Assembleia da República, mas ainda não é certo que esta discussão vá mesmo acontecer. Desde o início que a proposta de André Ventura, uma das bandeiras da campanha eleitoral, gerou polémica e Ferro Rodrigues pediu, esta semana, à Comissão de Assuntos Constitucionais um esclarecimento definitivo acerca da possível inconstitucionalidade do projeto.

Na carta, enviada esta quinta-feira a Luís Marques Guedes, presi-

dente da comissão, Ferro Rodrigues pede esclarecimentos «urgentes» sobre se o diploma respeita a Constituição.

A resposta só deverá surgir a meio da semana. Segundo fonte da Assembleia da República, «**não há qualquer informação**» sobre se a discussão se mantém. A mesma fonte explicou ao *SOL* que os esclarecimentos pedidos por Ferro Rodrigues «**são distribuídos na próxima terça-feira aos deputados para serem apreciados na quarta-feira na reunião da 1.ª Comissão**».

O Conselho Superior da Magistratura (CSM) já tinha alertado, num parecer enviado ao Parlamento, que a proposta é inconstitucional. O CSM explica que o projeto de lei entra em choque com o artigo 1.º da Constituição, que garante a «**dignidade da pessoa humana**», posta em causa pelo «**tratamento desumano e cruel**» da castração química. O coletivo de juizes considerou ainda que o diploma não define o começo e fim do tratamento e, por isso, pode durar «**toda a vida**», violando o artigo da Constituição que impede as penas perpétuas.

Ainda antes do pedido do presidente do Parlamento, André Ventura garantiu que se o diploma não fosse discutido em plenário iria pe-

dir uma «**reunião de emergência**» a Ferro Rodrigues. Esta reação aconteceu na quarta-feira, após a conferência de líderes ter decidido pedir uma clarificação do parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, que não concluiu pela inconstitucionalidade do diploma.

'Nas tintas para a Constituição'

Depois de todos os partidos representados na conferência de líderes terem defendido a inconstitucionalidade da proposta, o líder do Chega acusou-os de «**conluio anti-democrático**», uma vez que a decisão foi tomada numa reunião para a qual o Chega não foi convocado. «**Os maiores partidos uniram-se para que não chegue ao plenário e não tenham que explicar**

aos portugueses a sua posição. Vergonha!», escreveu, nas redes sociais.

Entretanto, as declarações de André Ventura no Parlamento voltaram esta semana a gerar polémica. «**Estou-me nas tintas para o que diga a Constituição**», disse, no debate sobre a regionalização, numa referência ao facto de a Lei Fundamental prever a criação de regiões. O deputado bloquista João Vasconcelos respondeu que era devido «**à Constituição da República, ao 25 de Abril e à democracia**» que Ventura estava no Parlamento. Também Ana Catarina Mendes defendeu que «**ouvir um deputado dizer que se está a marimbar para a Constituição é um insulto intolerável**».